

Soberania restrita seria o caos, afirma Moreira

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"É um absurdo o que os padres estrangeiros estão fazendo na Amazônia", afirmou ontem o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, aplaudindo mais uma vez a iniciativa de O Estado de S. Paulo de denunciar as tentativas de grupos do Exterior de interferir na soberania brasileira sobre áreas indígenas que têm jazidas minerais em seu subsolo. "Já sabemos disso", comentou o ministro, "mas se falássemos iam nos acusar de estar tentando ocupar militarmente a Amazônia."

A série de reportagens de O Estado, frisou o brigadeiro, "serve como alerta para a cobiça estrangeira nas nossas riquezas minerais", um alerta

"especialmente útil para os constituintes". Através da emenda denominada de "soberania restrita", apresentada antontem ao Congresso pelos índios yanomamis, o ministro considera que a pretensa reserva indígena poderia ser futuramente declarada território independente e reconhecida por qualquer governo estrangeiro.

"Perderíamos, assim, uma fatia do nosso território e estaria criada uma questão internacional, o caso levado ao Conselho de Segurança da ONU. Enfim, seria o caos", analisa o ministro da Aeronáutica. Para o brigadeiro Moreira Lima, os índios yanomamis, "uma nação em decadência, são explorados pelas mineradoras e pelo Conselho Indigenista Mis-

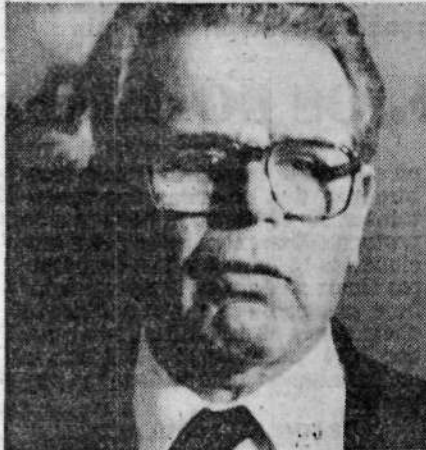
sionário (Cimi)", uma entidade que "não entrou nessa história como inócente útil". Em tom irônico, o ministro comenta: "Qual o quê, são todos austríacos, lá não tem brasileiro", disse, referindo-se à proposta de emenda constitucional enviada por uma entidade austríaca pedindo a "soberania restrita" para as áreas indígenas.

O ministro considera "um absurdo" a atuação dos religiosos estrangeiros na Amazônia. E repetiu que o Projeto Calha Norte (de defesa e desenvolvimento sócio-econômico da região amazônica de fronteira, em execução pelas Forças Armadas) "visa primordialmente acabar com esta intromissão estrangeira na Amazônia e notadamente em Roraima".

Cardoso Alves propõe a CPI

O Congresso Nacional vai criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito mista para apurar as denúncias publicadas pelo Estado na série de reportagens "Os Índios e a Constituinte". A iniciativa foi do deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB de São Paulo, mas obteve a adesão de 188 signatários, entre eles, os líderes do PTB, Gastone Righi; do PDS, Amaral Neto; do PT, Plínio de Arruda Sampaio, e do PFL, Ricardo Izar. Formada por senadores e deputados, a CPI terá 17 membros e 120 sessões de prazo para funcionamento.

Já o senador Odacir Soares (PFL-RO) apresentou ontem à Mesa da Constituinte requerimento a ser



Roberto Cardoso Alves

encaminhado à Presidência da República. No documento, ele pede uma série de informações sobre o Conselho Indigenista Missionário — Cimi. "Qual é o controle que os vários órgãos do governo exercem sobre o Cimi e suas atividades no Brasil?", pergunta o senador no requerimento. Odacir Soares quer as informações para saber se caberia ou não propor alguma medida legal. Ele espera ainda obter as respostas com urgência, "em face da grave ameaça contra a soberania nacional representada pela ação orquestrada pelo Conselho Mundial de Igrejas e o Cimi, motivo de ampla e bem fundamentada denúncia do jornal O Estado de S. Paulo."

Empresário denuncia pressões da CNBB

MANAUS
AGÊNCIA ESTADO

O empresário de mineração Elton Rohnelt acusou ontem o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, de ter pressionado o presidente José Sarney para que o Ministério das Minas e Energia suspendesse todas as concessões de alvará para pesquisa e lavra de minérios em áreas indígenas do Amazonas. Segundo o empresário, a partir de então nenhum outro alvará foi autorizado pelo ministério em áreas a menos de cem quilômetros de reservas indígenas ou de localidades habitadas por índios. Essa restrição, acrescentou, não só prejudica o desenvolvimento do setor mineral na região, mas os próprios índios, que "querem usufruir dos lucros da mineração em suas terras".

Rohnelt desafiou o Cimi a fazer uma pesquisa entre os índios do Alto Rio Negro, para saber se eles querem ou não a presença de mineradoras em suas terras. O que eles não querem, garantiu, são os garimpeiros. A seu ver, o problema do Cimi e da Igreja progressista na região é que os frades, hoje, estão percebendo os benefícios que a mineração responsável está trazendo a suas comunidades e reconhecem a presença de missionários, que nada lhes oferecem e apenas os exploram a serviço de interesses internacionais.

Elton Rohnelt, que o Cimi chama de inimigo número um dos índios, trabalha desde 1982 na região conhecida como Cabeça do Cachorro, na serra do Traíra, Alto Rio Negro, divisa do Brasil com a Colômbia. Seu projeto de exploração mineral, o Projeto Caparró, começou a sofrer pressões do Cimi quando Rohnelt conseguiu manter contatos amistosos com os índios Tukano, Baniwa e Yanomani e teve permissão para trabalhar nas áreas indígenas da região. "A verdade é que não trabalhamos

propriamente numa área indígena, demarcada, mas, para pesquisar, temos de passar por regiões habitadas por índios. Nunca tive problemas com os índios, pelo contrário, temos bom relacionamento porque lhes oferecemos melhores condições de vida."

Seus problemas com a Igreja e com os supostos missionários do Cimi, continuou o empresário, foram se avolumando à medida em que foi fazendo acordos com as comunidades indígenas nas áreas de saúde, educação, transporte e agricultura. Conforme o Projeto Caparró foi sendo executado, acentuou, o Cimi passou a pressionar a Funai e os indígenas da região para que fossem expulsas as empresas de mineração da Amazônia. "Como não conseguia seu intento, o Cimi passou então a outro tipo de pressão, o lobby na imprensa amazonense, a acusar as mineradoras de estarem dizimando nações indígenas inteiras, num autêntico genocídio" — revelou, acrescentando que ele e outros empresários do setor sofreram também ameaças da Polícia Federal e do Imposto de Renda.

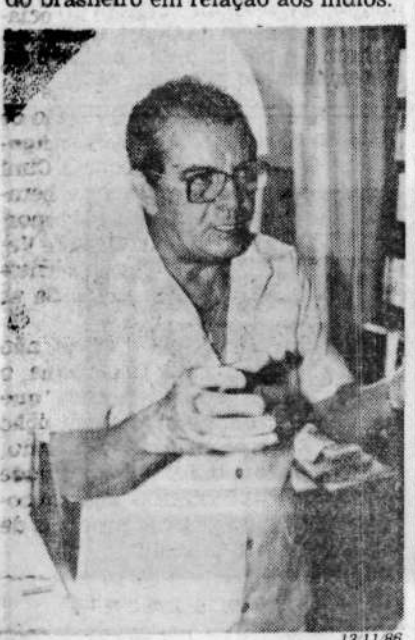
Elton Rohnelt teme que os constituintes possam vir a ser influenciados pelo lobby do Cimi, devido à desinformação quase generalizada dos parlamentares sobre a realidade da questão mineração-índio. A seu ver, as denúncias de O Estado aliviarão as tensões criadas pelo Cimi na região e diminuirão as pressões contra as mineradoras.

Ontem, o coordenador regional do Cimi-Norte, Guinter Francisco Loebens — o G. Loebens, o "moço", que aparece no documento "Diretriz brasileira nº 4" — acusou as mineradoras de forjar campanhas na imprensa para desestabilizar o trabalho missionário da Igreja junto às comunidades indígenas: "Isso é uma campanha manipulada pelas mineradoras, que estão querendo cercar o direito que os índios têm sobre suas terras".

'Missionários' trocam a Bíblia por magnetômetro

BELEM
AGÊNCIA ESTADO

No tempo em que serviu no Comando Militar da Amazônia, o então coronel Jarbas Passarinho observava, preocupado, que muitos "missionários" usavam em suas viagens, em vez da Bíblia, um magnetômetro. O fato foi lembrado em artigo publicado ontem no Diário do Pará pelo atual senador do PDS e, segundo ele, serve de referência para definir os que pretendem paralisar as pesquisas minerais na região sob o argumento da soberania restrita do Estado brasileiro em relação aos índios.



Jarbas Passarinho

"Cientistas da mais alta reputação já provaram que a tese do pulmão do mundo é uma balela, pois a floresta produz a própria oxigênio que produz", diz Jarbas Passarinho, acrescentando que a história foi articulada pelos "povos industrializados, depois que eles arrasaram suas florestas e contaminaram definitivamente seus rios". Em seguida, o senador comenta a iniciativa do grupo de austríacos, "piedosamente preocupados com as 'brutalidades e o genocídio' a que seriam submetidos os índios brasileiros". Citando a série de reportagens de O Estado de S. Paulo, "órgão da maior respeitabilidade da imprensa nacional", Passarinho questiona sobre quem representaria os indígenas, caso fosse efetivado o princípio da soberania restrita.

"Provavelmente as missões", antecipa o senador, destacando que, como constituinte, é favorável à demarcação correta das reservas indígenas e à sua exploração em benefício dos índios. Mas recela "a piedosa preocupação dos defensores da soberania restrita". Para Jarbas Passarinho, a iniciativa destes grupos equivale "a compartilhar a jurisdição territorial com os índios".

Em seu artigo, Passarinho observa que o bloqueio das pesquisas minerais na Amazônia resguarda "interesses escusos", com o objetivo de evitar a concorrência na exploração dos recursos naturais. E afirma que está satisfeito, mas "apenas em parte", com a posição do Cimi negando enfaticamente que esteja envolvido na conspiração da soberania restrita.

Deputado inclui multinacionais na conspiração

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Empresas multinacionais, responsáveis pelo contrabando de nossas riquezas minerais, estão tentando deslocar tribos indígenas, em conluio com funcionários da Funai, para áreas onde há perspectivas de se encontrar jazidas de minério" — denunciou ontem o deputado Eraldo Trindade (PFL-AM), esclarecendo que essas áreas teriam sido detectadas por pesquisas feitas pelo Grupo Executivo do Baixo Amazonas (Gebab).

"Esse projeto sórdido é muito mais grave do que se pensa" — acrescentou. E relatou que pediu a um assessor para levantar no Departamento Nacional de Produção Mineral o nome das empresas que têm alvará de pesquisa no Amapá. Logo em seguida, recebeu uma conta cobrando a consulta. "O que não aceito — frisou — é que um funcionário do DNPM cobre por serviços prestados pelo órgão." Trindade revelou ainda ter consultado o Conselho de Segurança Nacional sobre a forma como está sendo fiscalizada a concessão de pesquisa e lavra na fronteira. Ele deseja que a União se responsabilize por aculturar o índio, e não isolá-lo.

De Genebra, mais pressões à Constituinte

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O Conselho Mundial de Igrejas voltou a interferir nos assuntos internos brasileiros, defendendo a capacitação econômica e política dos índios, em telex enviado ontem, de Genebra, na Suíça, por seu secretário-geral, reverendo Emílio Castro, ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

De acordo com Castro, o Conselho "lamentava profundamente que o debate construtivo do Congresso Constituinte, para assegurar justiça a todos os setores da sociedade brasileira, seja perturbado pela publicação de matérias tendenciosas e distorcidas sobre as atividades das igrejas no Brasil, no matutino O Estado de S. Paulo".

O telex distribuído em Porto Alegre pela Igreja Evangélica Luterana do Brasil, cita, a seguir, a "única declaração oficial sobre povos indígenas e seu direito à terra", aprovada em julho de 1982:

"A luta dos povos indígenas pelos seus direitos à terra desafia as igrejas a serem fiéis ao evangelho da reconciliação e à afirmação bíblica da criação de todos os seres humanos à imagem de Deus. A exigência da justiça é essencial para essa reconciliação. A revelação de Deus tem levado os cristãos a uma nova compreensão de Deus, responsabilidade profética de proclamar a prioridade bíblica da justiça (sic). Por isso cabe à Igreja expressar solidariedade com os oprimidos por todas as formas compatíveis com a fé e reconhecendo sua culpa no pecado do racismo".

A seguir, a entidade estrangeira mostra que "as tentativas racistas de negar aos povos indígenas sua identidade somente podem ser contestadas quando os oprimidos são capacitados espiritual, econômica e politicamente".

O telex do secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas termina reafirmando a declaração do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil sobre a garantia dos direitos dos índios na nova Constituição, e apoiando os esforços das igrejas membros de prestar serviços evangélicos a humanidade, na promoção da paz com justiça.